

VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA  
POLÍTICA

**O ressurgimento do pensamento neoconservador nos Estados Unidos e suas  
consequências em termos de política externa**

Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (babivcmotta@gmail.com)  
Instituição: Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-  
SP)

Área: Relações Internacionais

Trabajo preparado para su presentación  
en el VII Congreso Latinoamericano de  
Ciencia Política, organizado por la  
Asociación Latinoamericana de Ciencia  
Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de  
septiembre de 2013

Bogotá, 2013

## Resumo

O neoconservadorismo surgiu por volta dos anos 1975 nos Estados Unidos, tendo seu auge nas eleições de 1980 com a ascensão de Ronald Reagan à presidência. Em termos de política externa, o pensamento neoconservador pode ser identificado por uma postura que une ao mesmo tempo o internacionalismo e o nacionalismo, na medida em que é nacionalista em seu temperamento de grande valorização dos princípios político-ideológicos dos Estados Unidos e internacionalista na visão da necessidade de defender globalmente a adoção destes mesmos princípios. Entretanto, com o fim da Guerra Fria e o enfraquecimento do anticomunismo, a inexistência de um inimigo externo sobre o qual o neoconservadorismo conseguisse estabelecer as bases para a sua consecução acabou por colocá-lo em um período de agonia. Os ataques terroristas do “11 de setembro”, ao substituírem a ameaça do “comunismo internacional” pela do “terrorismo internacional”, permitiram o renascimento do pensamento neoconservador enquanto conjunto ideológico com grande prestígio dentro do *establishment* norte-americano. A verificação de um novo grande inimigo possibilitou retomar o discurso da necessidade do exercício de um poder imperial pelos Estados Unidos, já que o emprego máximo de seu poder era visto como benéfico tanto para o próprio país na garantia de sua segurança nacional, quanto para o resto do mundo na manutenção da segurança internacional. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é de analisar este novo movimento de ascensão do neoconservadorismo dentro dos Estados Unidos e quais são as suas consequências em termos de política externa.

A extinção de uma segunda potência no cenário internacional, após o fim da Guerra Fria, possibilitou aos Estados Unidos reforçar uma identidade, à época já latente, de potência com uma responsabilidade de universalizar princípios e valores. O aprofundamento desta moral universalizante torna-se um aspecto fundamental para compreender a atuação dos Estados Unidos, principalmente no âmbito das suas relações internacionais.

Ao ressurgir também na cena política norte-americana um grupo cujo aparato intelectual está baseado justamente na reafirmação de uma superioridade dos Estados Unidos, tal pretensão ao imperialismo do universal<sup>1</sup> se tornará mais evidente. A percepção desta superioridade, em grande parte fundamentada em aspectos econômicos, militares e, principalmente, na valorização da constituição e das instituições democráticas norte-americanas, fará com que o movimento intelectual neoconservador proponha uma diretriz de política externa baseada em uma auto legitimidade para agir não só reativamente aos ataques do 11 de setembro, como também sob um altruísmo libertador de povos oprimidos por regimes tirânicos.

Dessa forma, um contexto internacional que confronte ou ponha em xeque esse pretenso imperialismo do universal pode extrapolar a esfera da disputa abstrata, estabelecida no campo das ideias, e se transformar em uma guerra de fato. Tal cenário pode ser verificado na construção da Guerra ao Terror, colocada não apenas no campo ideacional do ‘nós, os bons’ contra ‘eles, os ímpios’, mas também desdobrada no recurso às armas para as intervenções no Afeganistão e no Iraque.

O caso iraquiano, entretanto, mesmo não tendo nenhuma ligação direta com o terrorismo e os ataques terroristas em Nova Iorque e Washington, foi anexado a esta lógica para favorecer a construção de um cenário que justificasse uma ação militar. A securitização do Iraque, ou seja, o tratamento dessa questão pela via da excepcionalidade, também se deu pelo entendimento norte-americano de que a existência de um regime tal qual o de Saddam Hussein era uma afronta ao seu status de potência universal.

Com esse trabalho, pretendemos abordar como se deu o processo de construção e posterior ascensão dos neoconservadores ao *establishment* norte-americano, bem como apresentar em que bases ideacionais está assentado este aparato intelectual. Em um segundo momento, e de posse deste entendimento, pretendemos discutir a influência

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. Dois Imperialismos do Universal. In LINS, Daniel e WACQUANT, Loïc (orgs.). Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

deste grupo na formulação das diretrizes de política externa ao longo do governo Bush, principalmente no que tange a guerra global contra o terrorismo na sua intervenção no Iraque em 2003.

### **Os neoconservadores e seu conjunto ideacional**

O movimento intelectual neoconservador surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 70, “como uma reação dentro do liberalismo ao que era visto como uma corrupção pela esquerda de valores tradicionais norte-americanos”<sup>2</sup>. Enquanto na política interna lutavam contra o movimento de contracultura, na política externa os neoconservadores denunciavam o que entendiam como uma falta de firmeza dos Estados Unidos perante o confronto com a União Soviética e com o comunismo. Dessa forma, defendiam um posicionamento norte-americano mais combativo em relação a este inimigo externo.

No entanto, o ápice de atuação deste grupo na cena política norte americana só se deu anos depois, em que após alcançarem grande espaço no Partido Republicano, conseguiram grande espaço durante a administração Reagan. Em termos de ação externa, Reagan adotava as políticas já há tempos defendidas pelos neoconservadores, tais como uma postura mais enérgica para com a URSS, a preferência pelo unilateralismo, a adoção do internacionalismo expressado, por exemplo, na difusão de valores liberais e democráticos em diversos países, inclusive àqueles que não representavam nenhuma ameaça direta aos Estados Unidos<sup>3</sup>.

Com o fim da Guerra Fria, apesar da supremacia norte-americana ter sido confirmada, a inexistência de um inimigo que por anos fundamentou a sua ação internacional fez com que os Estados Unidos entrassem em um período de incertezas e indefinições acerca de qual deveria ser a sua nova diretriz em política externa. Da mesma forma, como o discurso base do movimento neoconservador era direcionado ao combate de um inimigo específico, a nova conjuntura externa erodiu a sua base de sustentação.

Neste momento, surgem diversas tentativas de corporificar um novo inimigo que substituísse o vácuo deixado pelo comunismo, como o combate ao crime organizado, a Estados que não conseguem ou não promovem propositalmente condições de

---

<sup>2</sup>POGGIO, Carlos Gustavo. O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.24.

<sup>3</sup> Idem, Ibidem, 2010

subsistência para seus nacionais, gerando uma atmosfera de insegurança, e a guerra contra as drogas. Ainda que o engajamento na luta contra tais questões trouxesse temporariamente um alvo a ser combatido, elas não tinham a mesma força mobilizacional e o mesmo peso que o inimigo comunista.

Durante este período de incertezas sobre qual deveria ser o papel dos Estados Unidos no cenário internacional, alguns analistas chegaram a declarar a morte do pensamento neoconservador. No entanto, ele só estava em período de latência, na tentativa de encontrar um inimigo tão desafiador e de grandes proporções como o comunismo que lhes servissem de nova plataforma para justificar a retomada de um discurso combativo. Algumas tentativas, com pequeno ou nenhum sucesso, foram estabelecidas em relação à Rússia, a China, a Coreia do Norte, ao Irã e ao Iraque. A percepção sobre a necessidade de modificar a abordagem em relação ao Iraque, da contenção à prevenção, anterior aos ataques do 11 de setembro mas intensamente difundida após a sua ocorrência, é extremamente importante para compreender a aprovação interna nos Estados Unidos da guerra contra Saddam Hussein.

O fracasso destas tentativas nos anos 90 fez com que os neoconservadores mudassem o foco e se voltassem para o próprio Estados Unidos, no sentido de não mais se preocuparem tanto com ‘quem ele deveria confrontar’, mas principalmente para ‘como ele deveria agir’ internacionalmente. Nesse sentido, acreditavam que a política externa norte-americana deveria ser orientada para extrair o máximo de vantagens do momento unipolar enquanto existente, moldar a ordem internacional a favor de seus interesses e preservar a hegemonia conquistada por meio de uma superioridade militar<sup>4</sup>.

No final dos anos 90 já é possível visualizar um esforço neoconservador de se reestabelecer enquanto grupo com peso intelectual na cena política norte-americana. Somada a construção de um entendimento próprio sobre a orientação de política externa que deveria ser adotada pelos Estados Unidos, o delineamento de dois inimigos, os *outlaw states* e o terrorismo, possibilitou trazer com novo fôlego a sua lógica de um discurso combativo. Esse ressurgimento, no entanto, só ganhará força total após os ataques do 11 de setembro.

O ato terrorista perpetrado pela Al Qaeda possibilitou elevar o nível de percepção de ameaça em relação ao terrorismo, identificando-o enquanto ‘ameaça existencial’ para os Estados Unidos. Dessa forma, o surgimento de um inimigo que se

---

<sup>4</sup> Idem Ibidem, 2010

assemelhasse em proporções ao perigo comunista favoreceu o processo de rearticulação neoconservadora, colocando-os com presença ativa no *establishment* norte-americano e outras instâncias decisórias internas.

O arcabouço intelectual neoconservador possui algumas características principais que são oriundas não só da percepção que este grupo tem dos Estados Unidos, mas também da sua visão de mundo e do entendimento de uma ordem internacional específica que pretendem construir. Sendo assim, os neoconservadores podem ser identificados pela busca, principalmente após a Guerra Fria, de uma atuação internacional mais assertiva, baseada em um internacionalismo de cunho patriótico. Eles acreditam que os Estados Unidos vivenciam atualmente um momento unipolar e que tal contexto tanto deve ser mantido pelo máximo de tempo possível, quanto precisa ser aproveitado para expandir a atuação e a influencia norte-americanas pelo mundo.

Ainda sob esta veia internacionalista, os neoconservadores conferem grande valor moral à democracia, seja internamente na valorização da constituição e de suas instituições democráticas, ou na crença de que um mundo mais estável e favorável aos interesses norte-americanos surge na medida em que demais democracias vão sendo instauradas. É a partir da verificação da necessidade de democratizar o Oriente Médio e parte da Ásia que se justificam ideologicamente as intervenções de mudança de regime, principalmente, como veremos mais a frente, na luta contra o terrorismo.

A crítica e a desconfiança neoconservadora a arranjos institucionais também perpassa pela questão da democracia, já que o argumento principal utilizado por este grupo é de que não seria possível conferir credibilidade a instituições em que alguns de seus Estados-membros não são democráticos. Mais precisamente, havia a noção de que os Estados Unidos não poderiam sofrer bloqueios em sua ação externa em detrimento de países que não compartilham de valores democráticos<sup>5</sup>. Se antes do 11/9 esta percepção já era veiculada, após os atentados terroristas ela é reforçada e aprofundada já que a partir deste momento não se tratava apenas de uma atuação livre em termos de política externa, mas principalmente de uma atuação sem constrangimentos para a defesa e segurança do território nacional.

Outra característica relevante do neoconservadorismo é a preferência pela atuação unilateral. Não que os Estados Unidos rejeitem totalmente a formação de alianças, porém, na lógica dos neoconservadores, elas devem ser feitas de maneira *ad*

---

<sup>5</sup> Idem Ibidem, 2010

*hoc* e de acordo com os interesses conjunturais norte-americanos. Assim, “ a coalizão é formada a partir da definição da missão, estando aquela subordinada a esta, ou seja ‘a missão determina a coalizão’, e não o contrário”<sup>6</sup>. A noção da falta de legitimidade e eficácia das instituições internacionais, abordada acima, também contribuirá para a ênfase no unilateralismo pelos neoconservadores.

Para por em prática este internacionalismo unilateral, o pensamento neoconservador se baseia na ideia de que, após a Guerra Fria, os Estados Unidos devem aumentar seu orçamento para defesa e investir largamente em seu setor militar de forma reforçar sua supremacia e dissuadir futuros inimigos.<sup>7</sup> Mesmo com esta iniciativa, a percepção de vulnerabilidade dos Estados Unidos após o 11 de setembro fará com que a sua estratégia seja readaptada para a nova conjuntura, baseando-se agora na ação preventiva mas, ainda assim, amplamente lastreada no uso de seu poderio militar e demonstração de força.

Sendo assim, o entendimento dessas quatro temáticas – internacionalismo, unilateralismo, democracia e poderio militar – muito caras aos neoconservadores servirá para entendermos em que bases foram adotadas as ações de política externa, principalmente no que concerne o combate ao terrorismo, questão esta que abordaremos na próxima seção deste artigo.

### **A ação neoconservadora no pós-11 de setembro**

Os efeitos no campo político que direcionaram a ação norte-americana às guerras na luta contra o terrorismo não foram apenas uma reação ao 11 de setembro. A administração Bush e seu aparato intelectual neoconservador manipularam a representação simbólica do ato terrorista da Al Qaeda para conferir inteligibilidade e aceitação acerca da urgência desta questão, principalmente no que tange o caso iraquiano. Dessa forma, mesmo que “o discurso de um determinado operador de crenças não seja verdadeiro, mas a versão que se apresenta, ainda que inexata, torna-se absolutamente real e, durante um tempo, inquestionável”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> POGGIO, Carlos Gustavo. O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.61

<sup>7</sup> Este argumento é posto em xeque com os atentados do 11 de setembro. Em nossa opinião, o poder militar norte-americano não foi capaz de dissuadir os terroristas a atacarem os Estados Unidos, mas, ao contrário, esta constante hipertrofia do setor e demonstração de pujança bélica norte-americana, somadas a percepção de invencibilidade dos Estados Unidos, acabou por fomentar os ataques.

<sup>8</sup> TEIXEIRA, Tatiana. Os Think Tanks norte-americanos e a sua fábrica de visões de mundo. I Seminário Nacional Sociologia & Política. UFPR, 2009.

Nesse sentido, após compreender o conjunto de ideias que dá corpo ao pensamento neoconservador, é necessário contextualizá-lo com as ações políticas adotadas. Nesse sentido, este artigo terá como foco as diretrizes de política externa utilizadas para a guerra global contra o terrorismo, sempre fazendo uma ponte entre elas e as estratégias simbólicas neoconservadoras confeccionadas para difundir uma determinada apreensão e representação da realidade que geraram um convencimento nacional, e por vezes internacional, sobre a necessidade da guerra.

Apesar de os ataques terroristas direcionados aos Estados Unidos não serem ocorrências novas e desconhecidas para os norte-americanos<sup>9</sup>, os ataques do 11 de setembro se tornaram um fato *sui generis* tanto por suas características, quanto pelas ações políticas que dele derivaram. Devido às dramáticas proporções dos atentados e, principalmente, devido ao fato dele ter ocorrido em solo norte-americano, os Estados Unidos iniciaram um processo de mobilização internacional contra o terrorismo, através da sua chamada *Global War on Terror* (GWOt). Os primeiros movimentos desse processo foram bem sucedidos na medida em que tiveram ampla, se não plena, aceitação e colaboração mundial pelo impacto que os atentados tiveram na comunidade internacional.

Além dos discursos proferidos pelos líderes de diversas nações demonstrando condolências e apoio aos Estados Unidos e suas vítimas, no dia seguinte ao atentado o Conselho de Segurança da ONU apresentou uma resolução (S.RES.1368) condenando os ataques. Não obstante este ser um procedimento de praxe, verificado em outras situações referentes a ataques terroristas, esta resolução, por expressar sua disposição para adotar imediatamente todas as ações necessárias para *responder* aos ataques terroristas do 11 de setembro e combater todas as formas de terrorismo, além de reconhecer o direito inerente, individual ou coletivo, à *autodefesa*<sup>10</sup>, abre portas para a construção da necessidade do recurso às armas.

Este processo de identificação de culpados e tratamento da temática pelas via da excepcionalidade produziram duas guerras: o caso do Afeganistão e do Iraque, em que o

---

<sup>9</sup> Antes dos ataques ao World Trade Center, os Estados Unidos sofreram outros cinco ataques terroristas assumidos diretamente pela Al Qaeda, a saber: em 1995 e 1996, à Embaixada dos EUA na Arábia Saudita; em 1998, à Embaixada dos EUA no Quênia e na Tanzânia; e em 2000 ao porta-aviões *USS Cole* no Iêmen.

<sup>10</sup> No original: “Expresses its readiness to take all necessary steps to respond to the terrorist attacks of 11 September 2001, and to combat all forms of terrorism, in accordance with its responsibilities under the Charter of the United Nations” e “Recognizing the inherent right of individual or collective self-defence in accordance with the Charter” Tradução e grifo nosso. CSNU. Resolução 1368. Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1368\(2001\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1368(2001)) > Acessado em 15/05/2013.

segundo ocorreu depois e no esteio do primeiro. Dessa forma, a primeira intervenção da GWOt pode ser identificada através da construção discursiva do terrorismo enquanto inimigo<sup>11</sup> e da sua concretização através do aceite internacional de uma intervenção militar no Afeganistão. Dessa forma,

diferentemente do que acontecerá na Guerra do Iraque em 2003, a operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional e das forças políticas internas nos Estados Unidos. Dado o caráter do 11 de setembro, essa guerra era tida como ‘justa’, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos.<sup>12</sup>

Em razão das proporções da ameaça, pela primeira vez o artigo quinto da carta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi invocado. Nele afirma-se que um ataque contra um ou mais aliados na Europa ou na América do Norte será considerado como um ataque contra todos<sup>13</sup>, estabelecendo assim um mecanismo de segurança coletiva. Após a confirmação de que os ataques foram realizados pela organização terrorista Al Qaeda, dirigida por Osama bin Laden e protegida pelo regime Talibã, no Afeganistão, o apoio dos demais países foi essencial para que os norte-americanos conseguissem a anuência para a intervenção.

Em discurso ao congresso norte-americano, em 21 de setembro de 2001, o então presidente George W. Bush convocou todas as nações a aliarem-se aos Estados Unidos na guerra contra o terrorismo internacional. Em suas palavras, “nossa guerra contra o terror começa com a Al Qaeda, mas não acaba aí. Ela não irá terminar até que cada grupo terrorista de alcance global seja descoberto, parado e derrotado”<sup>14</sup>. Ainda, afirmando que os ataques do 11 de setembro seriam entendidos como atos de guerra, Bush afirma que

---

<sup>11</sup> Para mais informações ver LEITE, Lucas. A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria. Dissertação. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo, 2013.

<sup>12</sup> PECEQUILO, C. A política Externa dos Estados Unidos. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2005, p.383.

<sup>13</sup> OTAN. Carta do Tratado do Atlântico Norte, 1949. < [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_17120.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm) > Acesso 13.06.2013

<sup>14</sup> No original: “*Our war on terror begins with Al Qaida, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated*”. BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. Washington, 31 jan. 1990 (a). The White House. Disponível em: < <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=qaida&st1=> > Acessado em 15/05/2013

nós iremos perseguir as nações que concedem ajuda e abrigo para o terrorismo. Cada nação, em cada região, agora deve tomar uma decisão. Ou você está conosco, ou está com os terroristas. Deste dia em diante, qualquer nação que continue a abrigar e ajudar o terrorismo será vista pelos Estados Unidos como um regime hostil.<sup>15</sup>

Nesse sentido, os Estados Unidos estabeleceram uma estratégia de contraterrorismo assentada em quatro principais pilares: i) não permitir nenhuma concessão ou margem para acordo com terroristas; ii) trazer os terroristas à justiça pelos crimes que cometeram; iii) isolar e pressionar Estados que patrocinam o terrorismo para forçá-los a mudar de comportamento; iv) fortalecer as capacidades de contraterrorismo dos países que trabalham com os Estados Unidos e necessitam de ajuda.<sup>16</sup>

Além dos discursos presidenciais apresentando a urgência da questão e posicionando o combate ao terrorismo como uma luta entre nós e eles, entre o bem e o mal, é possível também apontar outros instrumentos que contribuíram para lidar com essa temática pela via da segurança. Dentre elas, a resolução 1373 (2001) pode ser considerada como uma das mais emblemáticas no pós-11/9, pois além de criar o Comitê de Contraterrorismo, estabeleceu parâmetros internacionais para lidar com este fenômeno e evitar novos atentados; a saber: (i) criminalizar o financiamento do terrorismo; (ii) congelar fundos referentes a pessoas que estejam envolvidas em atos de terrorismo; (iii) negar qualquer forma de suporte financeiro para grupos terroristas; (iv) impedir que abrigo, suporte e sustento sejam conferidos a terroristas; (v) compartilhar informações com outros governos sobre a investigação, detecção, prisão, extradição ou processo daqueles envolvidos em atos terroristas; (vi) criminalizar a assistência passiva ou ativa ao terrorismo em leis nacionais e trazer à justiça seus violadores .

Considerando o terrorismo como um elemento transnacional, volátil e difuso, para que a necessidade de uma intervenção proposta pelos EUA pudesse ser aceita pela comunidade internacional era necessário não só ligá-lo a outras questões mais tangíveis como armas de destruição em massa (AMDs), crime internacional e tráfico de drogas, quanto associá-lo a ‘faces’ concretas e visualizáveis pelo grande público, tal qual as imagens de Bin Laden e, posteriormente, de Saddam Hussein.

---

<sup>15</sup> No original: “we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation, in every region, now has a decision to make: Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.” BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. Washington, 31 jan. 1990 (a). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=qaida&st1=>> Acessado em 15/05/2013.

<sup>16</sup> ESTADOS UNIDOS. Patterns of Global Terrorism. Departamento de Estado, 2003, p. 10

Dessa forma, a primeira guerra na luta contra o terrorismo se concretizou através da resolução 1386 em que o CSNU aprovou, sob o capítulo VII de sua carta, o estabelecimento da International Security Assistance Force (ISAF). Esta intervenção visava assistir o novo governo da República Islâmica do Afeganistão no exercício efetivo de sua autoridade, por meio da implantação de forças de auxílio capazes de garantir a segurança em Cabul e nas áreas próximas. Assim, através da construção de um ambiente propício para a atuação das autoridades afegãs e da ONU, pretendia-se impedir que o regime Talibã voltasse a controlar o país e, conseqüentemente, que estivesse em condições de conceder abrigo a grupos terroristas.

A construção do Iraque enquanto inimigo dos Estados Unidos não se iniciou com os ataques terroristas do 11/9, podendo ser identificado como um processo que data desde a ocorrência da guerra do Golfo e perpassa por três administrações norte-americanas. Com os atentados e a anuência internacional para a atuação em solo afegão, entretanto, o *establishment* norte-americano conseguiu estabelecer uma lógica de raciocínio mais palatável para o grande público nacional e internacional que justificasse uma mudança na política para o Iraque.

A ideia de que era necessária uma mudança de atitude em relação a Bagdá também é anterior ao 11/09, na medida em que antes mesmo de 2001 já era possível verificar o surgimento deste discurso no setor neoconservador dos Estados Unidos. Este setor, que ganhou grande espaço na administração Bush (2001-2009), propunha uma política externa que abandonasse a contenção do regime iraquiano e que partisse para a ação preventiva<sup>17</sup>. Justificava-se que, com a permanência de Saddam Hussein no poder, o Iraque nunca iria cumprir com as exigências do CSNU e, portanto, era vital, tanto para a segurança dos EUA quanto para a segurança internacional, que se estabelecesse uma mudança de regime.

Por entendermos que a construção do inimigo iraquiano é originária de um período anterior ao 11 de setembro, consideramos que após os ataques terroristas a administração Bush e seu entorno intelectual neoconservador arquitetam a construção de um novo patamar para esta ameaça baseada na sua escenificação<sup>18</sup>; ou seja, na sua

---

<sup>17</sup> Sobre esta questão, é importante notar que a construção do Iraque enquanto ameaça é anterior aos ataques terroristas do 11 de setembro. Em 1998, o grupo neoconservador presente no *think tank Project for the New American Century* já havia escrito uma carta para o então presidente Clinton expressando a necessidade da mudança de política para o Iraque, em que o uso da contenção deveria ser substituído pela prevenção (PNAC, 1998).

<sup>18</sup> BECK, Ulrich. La sociedade de riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida. Paidós: Espanha, 2007.

apresentação antecipada enquanto catástrofe para que, em razão do seu caráter de excepcionalidade, os atores sejam direcionados, se não impelidos, à ação. Tal escenificação inicia-se a partir do segundo semestre de 2002, quando é possível verificar nos discursos diplomáticos no CSNU e presidenciais norte-americanos uma recorrente menção ao caso iraquiano. A urgência desta questão é justificada pelos Estados Unidos em três principais eixos.

O primeiro está relacionado à *psique* de Saddam Hussein apresentado não só como um líder tirânico e constante violador dos direitos humanos de seus nacionais, mas também como alguém cujo ódio pela civilização ocidental seria capaz de orientá-lo a organizar ou auxiliar terroristas em um ataque contra os Estados Unidos e seus aliados.

*Many Americans have raised legitimate questions about the nature of the threat, about the urgency of action—why be concerned now—about the link between Iraq developing weapons of terror and the wider war on terror. These are all issues we've discussed broadly and fully within my administration. And tonight I want to share those discussions with you*<sup>19</sup>.

*First, some ask why Iraq is different from other countries or regimes that also have terrible weapons. While there are many dangers in the world, the threat from Iraq stands alone because it gathers the most serious dangers of our age in one place. Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people. This same tyrant has tried to dominate the Middle East, has invaded and brutally occupied a small neighbor, has struck other nations without warning, and holds an unrelenting hostility toward the United States*<sup>20</sup>.

O segundo eixo se refere à acusação de que o Iraque mantinha relações com redes terroristas, principalmente a Al Qaeda. De acordo com a administração Bush, tal relação poderia ser identificada na concessão por Bagdá de abrigo e suporte a terroristas, principalmente após a invasão do Afeganistão quando, supostamente, alguns deles teriam conseguido escapar e se esconder em solo iraquiano<sup>21</sup>. Os Estados Unidos afirmaram ainda, que o próprio Hussein teria auxiliado a Al Qaeda na consecução dos

---

<sup>19</sup> Apesar de normalmente optarmos pela tradução das citações, pois acreditamos que esta iniciativa torna a leitura do texto mais fluida e sua compreensão mais clara, quando utilizarmos citações diretas de discursos mantê-las-emos em seu idioma original por acreditarmos que a tradução pode contribuir, neste caso, para a perda de significado e desconsideração de sutilezas importantes na interpretação da estratégia discursiva dos atores.

<sup>20</sup> BUSH, George. Address to the Nation on Iraq From Cincinnati. Outubro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73139&st=iraq&st1=>> Acessado em 15.05.2013.

<sup>21</sup> BUSH, George. Address to the United Nations General Assembly in New York City. 12 de setembro de 2002. Disponível em < <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64069&st=iraq&st1=> > Acessado em 15.05. 2013.

ataques do 11/9. Como justificativa, foram apresentados indícios de que um oficial da inteligência iraquiana teria se encontrado com Mohammed Atta, o piloto do primeiro avião a colidir com as Torres Gêmeas, na República Tcheca em abril de 2001<sup>22</sup>.<sup>23</sup> Sobre esta relação, o presidente Bush afirma que

*We know that Iraq and the Al Qaida terrorist network share a common enemy— the United States of America. We know that Iraq and Al Qaida have had high-level contacts that go back a decade. Some Al Qaida leaders who fled Afghanistan went to Iraq. (...) We've learned that Iraq has trained Al Qaida members in bombmaking and poisons and deadly gases. And we know that after September the 11th, Saddam Hussein's regime gleefully celebrated the terrorist attacks on America*<sup>24</sup>.

Ademais, a iniciativa de relacionar o terrorismo com o Iraque não passa somente pela intencionalidade de qualificar a questão enquanto ameaça urgente. Há também o objetivo de associar o terrorismo – ameaça volátil e difusa – a Estados específicos como forma de facilitar não só a construção de uma imagem de inimigo que seja acessível ao grande público, quanto a identificação de culpados e sua consequente criminalização. Esta associação é perfeitamente visível quando Bush declara que “Estados como estes [Iraque, Irã e Coreia do Norte] e seus aliados terroristas constituem um **eixo do mal** que se armam para ameaçar a paz mundial”<sup>25</sup>.

O terceiro eixo é baseado na afirmação de que o Iraque continuava em posse de armas de destruição em massa, biológicas e químicas e, ainda, estaria reativando seu programa para a fabricação de uma bomba atômica. Esse argumento se tornou a justificativa mais forte e importante para a intervenção. Isto se dá por dois fatores principais: (i) a ação militar norte-americana foi fundamentada na interpretação de que Saddam havia esgotado sua última chance de cooperar espontaneamente com a ONU para o desmantelamento do seu programa de ADMs; (ii) esta acusação consegue agregar, ainda que como fatores secundários, os dois outros argumentos apresentados acima – a posse de ADMs por um regime autoritário e instável cujo ódio pela

---

<sup>22</sup> Posteriormente, investigações indicaram que Mohammed Atta, no período de abril de 2001, provavelmente encontrava-se na Virgínia e não em Praga, como afirmado na acusação, colocando por terra este indício de *link* entre Hussein e a Al Qaeda.

<sup>23</sup>RAI, Milan. War Plan Iraq: ten reasons against war on Iraq. Londres: Reino Unido, 2002; KAUFMANN, Chaim. Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas: the selling of the Iraq war. International Security, Vol. 29, No. 1 (Summer 2004), pp. 5–48.

<sup>24</sup>BUSH, George. Address to the Nation on Iraq. 7 de outubro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73139&st=iraq&st1=>> Acessado em 15/05/2013.

<sup>25</sup> No original: “States like these and their terrorist allies constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world.” Tradução e grifo nosso. BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. 29 de janeiro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644&st=iraq&st1=>> Acessado em 15/05/2013.

civilização ocidental é apresentado como evidente e que possui, ainda, supostas ligações com grupos terroristas torna tal cenário ainda mais grave, preocupante e urgente.

*Iraq continues to flaunt its **hostility toward America** and to **support terror**. The Iraqi regime has plotted to develop **anthrax and nerve gas** and **nuclear weapons** for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens, leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections, then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world<sup>26</sup>.*

A partir destes três pilares, os Estados Unidos, apoiados em uma visão de mundo neoconservadora, irão se mobilizar no cenário internacional para conseguir a aceitação do Conselho de Segurança para a intervenção. Apesar na negativa da ONU para a ação militar, a entrada por uma coalizão entre os Estados Unidos e o Reino Unido no Iraque foi justificada, ainda que não satisfatoriamente, por uma brecha jurídica. Ao retomarem as resoluções 661 (1991), 678 (1991) 687 (1991) nas cláusulas preambulares da resolução 1441 (2002), o CSNU haveria, supostamente, aberto um respaldo jurídico para a ação militar.

O argumento se delineou da seguinte forma: apesar de a resolução 687 ter estabelecido formalmente o cessar-fogo entre o Iraque, o Kuwait e os membros do CSNU, a resolução 678, anterior a 687, autorizava os Estados Unidos e demais Estados-membros a “utilizarem todos os meios necessários para garantir e implementar a resolução 660 (1990) e **todas as subseqüentes resoluções relevantes e restaurar a paz e a segurança na área**”<sup>27</sup>. Segundo a interpretação norte-americana de que o Iraque estava de posse de ADMs e, portanto, conferia risco à estabilidade da região, a ação militar seria, desta forma, legítima.

Pelo entendimento do caráter emergencial desta ameaça, os Estados Unidos agiram independente da opinião dos demais países do CSNU e da sua recusa de aprovar um *draft resolution* que autorizasse o uso da força. A busca por uma anuência do Conselho para a intervenção foi apenas uma tentativa de alcançar os interesses norte-americanos revestidos de uma capa de legitimidade internacional, no delineamento de

---

<sup>26</sup>BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. 29 de janeiro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644&st=iraq&st1=>> Acessado em 15/05/2013. Grifo nosso.

<sup>27</sup> No original: “to use all necessary means to uphold and implemente resolution 660 (1990) and all subseqüente relevant resolutions and to restore international peace and security in the área”. Grifo nosso. CSNU. Resolução 678. Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/678\(1990\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678(1990)) > Acessado em 15/05/2013.

um *first best scenario*. Entretanto, caso não fosse possível alcançá-lo, como não foi na questão iraquiana, os Estados Unidos se reservariam o direito de agirem unilateralmente e de passarem por cima das restrições impostas pelas instituições internacionais.

### **Considerações Finais**

Desta forma, ao contrário do que pode ser percebido ao primeiro contato com a lógica neoconservadora, este grupo intelectual não trouxe de fato nenhuma contribuição nova para o pensamento em política externa dos Estados Unidos. O que há, na verdade, é uma apresentação de objetivos tradicionais e permanentes do imperialismo norte-americano readaptados ao contexto pós-Guerra Fria. Diferentemente de um mundo completamente novo, o discurso neoconservador traz a reafirmação do excepcionalismo e da liderança norte-americana exacerbados na conjuntura da virada do século XX para o XXI.

Ikenberry sintetiza o pensamento neoconservador exposto ao longo deste trabalho em sete diretrizes principais: (i) o firme compromisso com a preservação e aproveitamento de um mundo unipolar, em que os Estados Unidos não tenham competidor ou igual; (ii) a intensificação das ameaças globais e de como elas devem ser enfrentadas, em que os Estados Unidos apresentam para a comunidade internacional uma visão paranoica; (iii) o abandono do conceito de dissuasão, considerado obsoleto nas condições anteriores do mundo pós-Guerra Fria em que a ameaça não vem mais das grandes potências – as quais podiam ser dissuadidas pela certeza do contra-ataque - mas dos grupos terroristas transnacionais contra os quais a única resposta eficaz é a ofensiva; (iv) o sacrifício constante do princípio de não intervenção e do conceito de soberania; (v) o desprezo pelas regras internacionais, os tratados e os sistemas estáveis das alianças internacionais; (vi) a afirmação do papel direto e ilimitado dos Estados Unidos no enfrentamento das novas ameaças; (vii) a reduzida importância conferida a estabilidade internacional como princípio norteador da política internacional<sup>28</sup>.

Interessante notar, ainda, que os neoconservadores em conjunto com a atuação da administração Bush filho se aproveitaram de uma imediata simpatia internacional pela situação norte-americana após o 11 de setembro para lograrem a anuência da

---

<sup>28</sup> IKENBERRY, J. America's imperial ambition. *Foreign Affairs*. Vol 85, n5, pg 44-60, 2002. APUD VELASCO, S. OS estados Unidos no desconcerto do mundo: ensaios de interpretação. São Paulo: UNESP, 2012.

comunidade internacional, representada pelo Conselho de Segurança da ONU, para a intervenção no Afeganistão. Entretanto, dois anos depois desta ação, a ação militar no Iraque em vez de ser vista internacionalmente como um ato de autodefesa, legítimo, foi encarada como uma demonstração da arrogância norte-americana e da falta de freios ao poderio militar de Washington.

Em termos de política externa, as consequências dos postulados neoconservadores são profundas. Ao invés de aumentar a interdependência do sistema internacional e amarrar os interesses dos Estados em torno do centro hegemônico, como pressupõe qualquer projeto de construção de uma hegemonia, Os Estados Unidos multiplicam fissuras e tensões no Sistema Internacional. A potência deixa de ser o núcleo aglutinador para se tornar o principal propagador da instabilidade internacional. Sob o questionamento da adoção deste internacionalismo dito benevolente, porém autocentrado, resta perguntarmos qual é o papel dos Estados Unidos no mundo contemporâneo. Ainda, saindo do governo Bush filho e olhando para o governo Obama, é válido indagarmos até que ponto esta onda intelectual neoconservadora não se prolonga para além do período 2001-2009, gerando importantes reverberações na atual política externa norte-americana.

### **Referência Bibliográficas**

BECK, Ulrich. La sociedad de riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida. Paidós: Espanha, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Dois Imperialismos do Universal. In LINS, Daniel e WACQUANT, Loïc (orgs.). Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. Washington, 31 jan. 1990 (a). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=qaida&st1=>> Acessado em 15/05/2013

BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. 29 de janeiro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644&st=iraq&st1=>> Acessado em 15/05/2013

BUSH, George. Address to the Nation on Iraq From Cincinnati. Outubro de 2002. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73139&st=iraq&st1=>> Acessado em 15.05.2013.

BUSH, George. Address to the United Nations General Assembly in New York City. 12 de setembro de 2002. Disponível em < <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64069&st=iraq&st1=> > Acessado em 15.05. 2013.

CSNU. Resolução 678. Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/678\(1990\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678(1990)) > Acessado em 15/05/2013.

CSNU. Resolução 1368. Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1368\(2001\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1368(2001)) > Acessado em 15/05/2013.

ESTADOS UNIDOS. Patterns of Global Terrorism. Departamento de Estado, 2003.

IKENBERRY, J. America's imperial ambition. Foreign Affairs. Vol 85, n5, pg 44-60, 2002. APUD VELASCO, S. OS estados Unidos no desconcerto do mundo: ensaios de interpretação. São Paulo: UNESP, 2012.

KAUFMANN, Chaim. Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas: the selling of the Iraq war. International Security, Vol. 29, No. 1 (Summer 2004), pp. 5-48

OTAN. Carta do Tratado do Atlântico Norte, 1949. Disponível em: < [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_17120.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm) > Acesso 13.06.2013

PECEQUILO, C. A política Externa dos Estados Unidos. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2005.

PNAC. Letter to President Clinton. Disponível em < <http://www.newamericancentury.org/iraqclintonletter.htm> > Acessado em 22 de agosto de 2013.

POGGIO, Carlos Gustavo. O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RAI, Milan. War Plan Iraq: ten reasons against war on Iraq. Londres: Reino Unido, 2002

TEIXEIRA, Tatiana. Os Think Tanks norte-americanos e a sua fábrica de visões de mundo. I Seminário Nacional Sociologia & Política. UFPR, 2009.